

Sábado

06-07-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Distribuição

Dimensão: 1361 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 60/61



Segurança

BURLA. DUAS CONTABILISTAS ACUSADAS

1.284 CHEQUES: E ERAM MESMO TODOS FALSOS

A Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição foi enganada em 896.275 euros. Por **Maria Henrique Espada e Nuno Tiago Pinto**

Em apenas três anos, houve 1.284 (sim, mil duzentos e oitenta e quatro) cheques da APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição), falsificados. Ou seja, era mais de um por dia. As perdas chegaram aos 896.275,11 euros. Em Abril último, o Ministério Público decidiu acusar Alda Cordeiro, ex-contabilista da APED, Sandra Gomes Brito, também ex-funcionária da associação, e Paulo Fonseca, ex-marido de Alda, de burla qualificada, na forma continuada. Alda Cordeiro é ainda acusada de falsificação de documento, na forma continuada e branqueamento de capitais. Tinha montado uma quase fábrica de cheques falsos.

A história começa com Alda Cordeiro, que é a peça-chave de todo o esquema da burla. Alda era funcionária da casa, mas, mais do que isso, era alguém que conhecia os seus esquemas de funcionamento e em quem a direcção confiava sem hesitações. As suas funções, entre outras, consistiam em fazer a ligação com a empresa Levitoc, que fazia a contabilidade da APED. Ora, à frente da Levitoc estava uma antiga funcionária da APED, com quem Alda já trabalhara. Conheciam-se bem e entenderam-se ainda melhor. Entre Fevereiro de 2007 e Março de 2010,

**A APED
PEDIU UMA
AUDITORIA
E ACABOU A
DESTAPAR
UM BURACO
GIGANTESCO,
QUE
ACABOU NA
JUSTIÇA**

A venda

de um Honda da APED também gerou suspeitas: não se encontrava o dinheiro. Mas o MP arquivou este caso, por falta de provas

Ex-nora de Marcelo... ...foi ouvida como testemunha

APED É a organização patronal que agrupa o sector da Distribuição (a título apenas de exemplo, empresas como o Pingo Doce, Continente, Ikea ou Fnac)

Nora Rita Sousa Coutinho (que foi casada com o filho de Marcelo Rebelo de Sousa, Nuno), foi ouvida como testemunha. A gestora fez a sua carreira em Portugal precisamente na Jerónimo Martins (membro da APED), antes de se instalar no Brasil

Alda Cordeiro, escreve o MP no despacho de acusação a que a **SÁBADO** teve acesso, "preencheu e assinou 1.284 cheques, titulados em nome da APED, sacados da conta BCP nº 50062600355, com diversos montantes, assinou-os em nome da Direcção, no valor de 896.184,91".

Viagens, decoração e etc.

Alda preenchia os cheques usando assinaturas de antigos membros da direcção que não já exerciam fun-



ções, falsificando as dos que estavam em funções uma vez que eram necessárias assinaturas de dois membros da direcção. Segundo o MP, o esquema não ficou por aí. À medida que a quantidade de cheques crescia, foi preciso encontrar sustentação, falsa, para algumas saídas de dinheiro. O passo seguinte, lógico, foi criar facturas falsas e/ou inflacionadas. As facturas eram validadas pela direcção, mas "não corresponderam a operações reais de aquisição de bens e serviços pela APED". Ou, noutros casos, as aquisições aconteceram mas reverteram a favor da arguida: terá sido o caso, por exemplo, das facturas de viagens da agência Abreu. Ou a BCD Travel, outra agência de viagens. Ou até mesmo de uma loja de decoração em Mafra, a Ar do Campo, ou de material de limpeza de

Sábado

06-07-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Distribuição

Dimensão: 1361 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 60/61



RUÍ RICARDO

equipamento doméstico da Eurotostão, ou equipamento informático que nunca deu entrada na APED.

Os cheques eram depositados em contas bancárias tituladas por Alda ou pelo então marido, Paulo Fonseca, também acusado. Mas nem sempre: a arguida terá até depositado alguns valores em contas sem qualquer relação com ela ou com o marido, com o objectivo, acreditam as autoridades, "de dificultar a identificação da arguida e a verdadeira natureza e proveniência de tais montantes".

Os arguidos tomaram mais alguns cuidados extras para evitar serem detectados. Os cheques eram sempre em valores individuais inferiores a 10 mil euros, o valor mínimo de truncagem de cheques estabelecido pelo Banco de Portugal, o que permitiu que nunca deixassem de

Alda Cordeiro e Sandra Gomes Brito concertaram-se: uma falsificava os cheques, a outra não via. Juntas montaram uma burla gigantesca

48 páginas

foram necessárias ao Ministério Público para elencar, um a um, todos os cheques passados ilegalmente pela acusada

ser pagos pela instituição bancária.

Ora, nada disto, diz o MP, teria sido possível com a convívência de Sandra Gomes Brito, que liderava a empresa de contabilidade: "Sucedeu que esta nunca fez reconciliações bancárias enquanto contabilista da APED."

O MP considera mesmo que a actuação de Sandra foi fundamental, pois "não permitiu que a verdadeira situação da APED fosse visível para a direcção, uma vez que as contas" por ela elaboradas nunca reflectiram a verdadeira situação. Aliás, caso existissem facturas que não coincidissem com os valores descontados por cheque – a confiança era tanta que até havia descuidos – Sandra pedia-os a Alda. Esta umas vezes entregava-os, "outras não". Pelo que o despacho de acusação considera que os arguidos "agiram em comunhão de

esforços". Aos três foi atribuída a medida de coacção de Termo de Identidade e Residência.

A APED conseguiu recuperar, junto do BCP, a título de regularização dos valores que tinha reclamado ao banco, a soma de 447.724 euros. Numa resposta escrita à SÁBADO, a associação explica que "accionou na altura todos os mecanismos legais para o esclarecimento cabal da situação e apuramento de todas as responsabilidades. Tem acompanhado o desenvolvimento do processo e aguardará pela decisão judicial final que vier a ser tomada". A APED desencadeou a queixa em 2010: notando pequenas discrepâncias nas contas de 2009, a direcção encomendou uma auditoria à BDO & Associados, que viria a revelar a dimensão do esquema. **■**